

# DESENVOLVIMENTO, MEGAEMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIO

um ensaio sobre as frentes modernizantes para o estado do Rio de Janeiro da atualidade a partir de uma perspectiva geográfica

**Alan Pacífico<sup>i</sup>**

Mestrando em Geografia  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

## Resumo

O presente artigo desenvolve-se diante do objetivo principal de analisar, de forma sintética, alguns dos significativos fenômenos recentes da economia regional fluminense e suas consequências, a partir de uma perspectiva geográfica / espacial – trazendo o conceito geográfico de território (em sua multidimensionalidade e multiescalaridade) para o centro da discussão –, sinalizando para os principais fatores que tem feito o esse estado sair de uma condição de duas décadas de estagnação econômica (1980, 1990) para uma nova fase de vultosos investimentos multiplicadores de empreendimentos e a concepção de desenvolvimento que tem servido de base para os agentes hegemônicos responsáveis pela implementação de tais empreendimentos. Dentro desse contexto, o prefixo “mega” tonou-se um imperativo ideológico indispensável ao discurso dos principais agentes políticos do estado fluminense nessa nova conjuntura econômica. Assim, os megaempreendimentos imobiliários, industriais e de infraestruturas (sobretudo de circulação como portos e grandes projetos rodoviários) impulsionados pelo carro chefe dos megaeventos esportivos, estão ressignificando e reordenando significativamente as lógicas territoriais, produtivas e ambientais do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, chamando a atenção para os novos desafios à gestão política do território fluminense. Nesse sentido, esse texto analisa as frentes modernizantes para o estado do Rio de Janeiro da atualidade, sinalizando para o caráter desenvolvimentista desses megaempreendimentos num novo contexto político e econômico além de seus desdobramentos e contradições que constantemente se materializam no território.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Megaempreendimentos, Modernização, Rio de Janeiro.

## DEVELOPMENT, MEGA-ENTERPRISES AND TERRITORY: AN ESSAY ON THE CURRENT RIO DE JANEIRO STATE'S MODERNIZATION FRONTS FROM A GEOGRAPHICAL PERSPECTIVE

### Abstract

This paper develops before the main objective of analyzing, in a synthetic way, some of the significant recent phenomenal of the Fluminense regional economy and its consequences, from a geographical / space perspective, bringing the geographical

<sup>i</sup> *Correspondência:* Av. Monseñor Félix, n. 1059, bl. 75/2, apt. III. Colégio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 21235-111.

*E-mail:* [alancdc@gmail.com](mailto:alancdc@gmail.com)

Membro do grupo de pesquisa Gestão do Território do Estado Rio de Janeiro (GeTERJ/PUC-Rio)

territory concept (in its multidimensionality and multiscalearity) to the point of discussion - signaling to the main factors that have made this state moving out from a condition of two decades of economic stagnation (1980-1990) to a new phase of ventures multiplier substantial investment and development conception which has served as basis for hegemonic agents responsible for implementing such projects. In this connection, the "mega" prefix became an imperative ideological indispensable to the discourse of the major political agents in the state of Rio de Janeiro in this new economic fortuity. Thus, the Mega industrial, infrastructure and real-estate projects (especially circulation ones, like ports and as large highway projects)

driven by the flagship Mega sporting events, are significantly reordering redefining the territorial logics, productive and environmental of metropolitan area of Rio de Janeiro, calling attention to the new challenges of management policy of Fluminense territory. In this sense, this paper analyzes the current Rio de Janeiro's modernizing fronts, signaling the developmental character of these mega-enterprises in a new political and economic developments beyond their and contradictions that constantly materialize in the territory.

**Keywords:** Development, Mega-Enterprises, Modernization, Rio de Janeiro.

Nos últimos trinta anos a discussão sobre o espaço e os demais conceitos geográficos ganhou maior relevância no âmbito da chamada virada ou giro espacial (*spatial turn*), sobretudo dentro das ciências sociais. Nesse sentido a leitura geográfica entrou na pauta das pesquisas (em diferentes perspectivas teóricas) que procuram explicar os horizontes cada vez mais complexos das mudanças contemporâneas em termos de suas inovações, reestruturações e “crises”, tanto na dimensão política, quanto na dimensão econômica (hoje cada vez mais reduzida a uma perspectiva essencialmente financeira), mas também na relação dessas dimensões com as dinâmicas produtivas e ambientais dos diferentes espaços, guardadas as suas especificidades.

Dentro desse contexto, os processos e dinâmicas recentes na economia regional do estado do Rio de Janeiro, sobretudo em sua Região Metropolitana (RMRJ) que vêm ocorrendo durante a última década, revelam-se como um objeto de estudo geográfico de significativa importância, pois a lógica de organização do território fluminense vem se reestruturando a partir de novas (e transescalares) coalizões de poder e dos grandes investimentos (nacionais e estrangeiros) que o estado passou a receber. Estudos econômicos já revelam que o Rio de Janeiro deverá receber investimentos superiores a US\$ 60 bilhões entre os anos de 2010 e 2012 e grande parte desses investimentos concentram-se territorialmente na RMRJ, que tem se revelado como uma grande “vitrine de oportunidades” essencialmente devido aos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), o que está repaginando a imagem do Rio de Janeiro no cenário global. Notadamente, nesse sentido, o prefixo “mega” tornou-se um imperativo ideológico indispensável ao discurso dos agentes políticos hegemônicos do estado fluminense nesse novo momento de conjuntura econômica e, mais do que nunca, também se revela como agenda de discussão

da análise geográfica, pois o Rio de Janeiro (destacando-se sua Região Metropolitana) tornou-se “palco excepcional” (para utilizar a literatura do espetáculo) a concentrar os *megaempreendimentos* imobiliários, industriais e de infraestruturas (sobretudo de circulação como portos e grandes projetos rodoviários) impulsionados pelo carro chefe dos *megaeventos* esportivos, reordenando significativamente as lógicas territoriais, produtivas, ambientais do espaço metropolitano fluminense, chamando a atenção para os novos desafios à gestão política do território em questão.

Três questões, no entanto, revelam-se como centrais dentro desse debate sobre as novas relações, cada vez mais intensas, entre poder público e capital privado em busca de um suposto “desenvolvimento”. São elas as seguintes: Quando, como e por que o prefixo “mega” associou-se ao discurso do desenvolvimento no cenário político do Rio de Janeiro? Quem são os (novos e velhos) agentes hegemônicos que planejam o território fluminense atualmente? E, qual é o papel de cada um desses agentes quanto à gestão das desigualdades geradas como consequência destes grandes projetos de desenvolvimento?

Indo ao encontro destes questionamentos, o presente texto desenvolve-se diante do objetivo principal de analisar, de forma sintética, esses significativos fenômenos recentes da economia regional fluminense e suas consequências, a partir de uma perspectiva geográfica/espacial – trazendo o conceito geográfico de território (em sua multidimensionalidade e multiescalaridade) para o centro da discussão –, sinalizando para os principais fatores que tem feito o esse estado sair de uma condição de duas décadas de estagnação econômica (1980, 1990) para uma nova fase de vultosos empreendimentos, tornando o Rio de Janeiro, seguramente, o espaço no hemisfério sul que tem recebido os maiores investimentos nesse início de século XXI. Tal condição se, por um lado, sustenta o discurso político fortemente carregado de ideologia desenvolvimentista e positiva dos agentes hegemônicos no estado do Rio de Janeiro (considerando a articulação entre os agentes do poder público, grandes empresas e grandes empresários), por outro lado revela-se como um processo contraditório de acentuação das desigualdades sociais, alterando profundamente a realidade de inúmeras comunidades locais ao longo do território estadual, impondo-as des-re-territorializações (HAESBAERT, 2004) e submissões, numa injusta “queda de braços” entre duas lógicas territoriais com forças fundamentalmente assimétricas (compreendendo “força” em sua dimensão econômica e de articulação política), de um lado a lógica do desenvolvimento, fortemente imposta e financiada por esses “agentes da modernização” e do outro lado, uma lógica (contra-hegemônica) de resistência, pertencimento e enfrentamento necessário por parte das comunidades locais, onde muitas

vezes o território é reivindicado por existirem relações culturais tradicionais entre essas populações e aquele meio físico. Nesse sentido trata-se de relações fundamentais para a produção e reprodução desses grupos sociais.

Dentro desse contexto, esse trabalho estrutura-se da seguinte forma: Nas duas primeiras seções realizaremos o exercício teórico de analisar objetivamente como a RMRJ reverteu seu quadro de crise econômica e estagnação nos anos 1980 e 1990 e tornou-se, nesse início de século, a maior “vitrine de oportunidades” do hemisfério sul, associando o prefixo “mega” como um diferencial em seu discurso desenvolvimentista e transformado em vantagem comparativa, no contexto da lógica de competição global intercidades pela atração por investimentos; Na terceira seção as análises direcionam seu ângulo para a dialética central do conceito de território (entre a dominação e a apropriação), chamando a atenção para como esse intenso processo de investimentos em grandes empreendimentos (esportivos, industriais, logísticos e imobiliários) alteram profundamente a lógica dos territórios (e territorialidades) pré-estabelecidos. Finalmente são apresentadas algumas considerações finais acerca de implicações políticas a partir do conceito de multiterritorialidade, suas repercussões em termos de intervenção na realidade concreta.

### **Crise e estagnação da economia fluminense: mudança no papel do Estado e novo padrão de distribuição espacial da indústria**

O estado do Rio de Janeiro ainda é fortemente marcado pelos reflexos da separação histórica entre seu núcleo e periferia, vale lembrar que o estado, em sua atual configuração territorial, foi resultado de uma fusão entre duas Unidades Federativas distintas (estado da Guanabara – atual cidade do Rio de Janeiro – e o antigo estado do Rio de Janeiro – sendo a capital o município de Niterói) imposta pelo Governo Federal no período de Regime Militar. Um desses reflexos mais latentes é o perfil pouco articulado da economia fluminense, onde poucos vínculos foram estabelecidos entre as regiões desse então “novo” estado. Segundo Santos (2003, p. 72), o estado do Rio de Janeiro:

Trata-se da unidade da Federação com a maior taxa de concentração espacial em termos de produto e população. Enquanto em todo o estado de São Paulo e em todo o estado de Minas Gerais são várias as opções locais para os investimentos industriais, no Rio de Janeiro, é a Região Metropolitana que responde praticamente por toda a economia fluminense, uma vez que o interior desse estado não apresenta o mesmo potencial que o interior daqueles dois outros. Superar a excessiva polarização pre-

sente na economia do estado do Rio de Janeiro é uma premissa importante para dinamizar sua economia.

Durante os quase dois séculos que a cidade do Rio de Janeiro ocupou o papel de capital do país (desde 1763, quando se tornou capital colonial, até 1960 quando Brasília é construída para ser a nova sede do Distrito Federal) o desenvolvimento econômico nunca ganhou destaques de prioritário, pois a própria condição de sede administrativa do governo central lhe assegurava vantagens locais por concentrar um grande número de trabalhadores com rendas altas e estáveis. Por outro lado, o interior do estado era fortemente dinamizado por uma economia cafeeira, porém não era acompanhado de uma constituição de um forte mercado consumidor, o que se constituiu em fator determinante para a migração dessa atividade para o planalto paulista, quando a economia fluminense mergulha numa crise secular (SANTOS, 2003).

Finalmente em 1975 foi criado o novo estado do Rio de Janeiro sob a justificativa de corrigir um erro histórico e diminuir as assimetrias entre capital e interior, levando o desenvolvimento em sua direção. Tal desenvolvimento seria alcançado mediante a instalação de modernos setores tecnologicamente de ponta, como o da energia atômica, com a criação da Usina Nuclear de Angra dos Reis, entre outras, o que ajudaria a fortalecer a economia fluminense (LESSA, 1998). Esse e outros grandes projetos estavam previstos no II PND, cujo objetivo principal era superar a realidade de crise cambial que o país vivia a partir de 1973, por meio de uma mudança qualitativa do perfil da economia brasileira, que a prepararia para responder dinamicamente aos novos desafios impostos por novos padrões tecnológicos e organizacionais (CASTRO e SOUZA, 1984).

A análise de Santos (2003) nos mostra que o agravamento do contexto externo e da crise do balanço de pagamentos obrigou o governo a desacelerar tal projeto, estabelecendo maior seletividade nos gastos públicos, fato que impediu a implementação de muitos dos novos projetos a serem localizados no Rio de Janeiro. Assim, apesar de um incipiente planejamento estadual, o governo da fusão não conseguiu reverter o quadro de crise da economia fluminense. O declínio da participação da economia fluminense no PIB brasileiro é simultâneo à industrialização do país, pois à medida que São Paulo avançava em termos industriais, a economia

fluminense se distanciava cada vez mais, agravando a situação nas décadas de 1960 e 1970 e mantendo-se estagnada nas décadas de 1980 e 1990.

Entretanto, cabe destacar que, a partir dos anos 1980, com a mudança em curso de uma política estatal centrada na ideologia keynesiana indo em direção cada vez mais às ideias neoliberais de “estado mínimo” e conseqüentemente uma estruturação produtiva que tradicionalmente se estabelecia nas bases fordistas vai progressivamente dando lugar a acumulação flexível, num contexto de importantes mudanças tecnológicas, articula-se uma nova configuração espacial no estado do Rio de Janeiro (e nas grandes cidades do mundo como um todo), resultante de uma dinâmica econômica global diferenciada. Nesse sentido, os fatores que contribuíram para essa reestruturação espacial podem ser observados a partir de duas perspectivas, a primeira delas é a partir da escala global ou transnacional: que são os efeitos da globalização e a outra perspectiva, considerando-se uma escala mais regional, trata-se da organização empresarial estruturada em rede (descentralizada portanto), não mais organizada verticalmente. Ambos os fenômenos acompanhados pela crescente urbanização da população. Como nos sugere Ianni (1993), é importante observar que o caráter internacional, mundial, global ou planetário do capitalismo não é sempre o mesmo: “Altera-se conforme a época, o jogo das forças no mercado mundial” (p. 56). Tais desdobramentos reestruturam também os mercados internos e a relação entre esses mercados e seus respectivos Estados (tanto em nível federal, quanto às instâncias subnacionais). Segundo Santos (2003, p. 73, grifo próprio), no Rio de Janeiro:

Quanto aos efeitos da globalização, o fator mais importante é a *perda de capacidade política e financeira do Estado em manter-se como ator central das políticas públicas, inclusive as relativas ao desenvolvimento espacial*. Uma combinação entre crise fiscal, novas tecnologias na área da informática e desregulamentação dos mercados financeiros mundiais resultou em possibilidades de *processos de deslocalização, numa fluidez do capital até então jamais observada*. Nesse contexto, instala-se o temor de que os interesses empresariais possam sobrepor-se ao Estado e à população residente de uma dada localidade. *A ameaça de migração dos investimentos tende a ser uma estratégia utilizada para submeter o poder público aos interesses das empresas que fazem suas opções locacionais não mais baseadas na disponibilidade de recursos a baixo custo, consideradas “vantagens comparativas estáticas”, mas sim nas “vantagens comparativas dinâmicas”, isto, é, na oferta de infraestrutura, de mão de obra qualificada e de gestão macroeconômica eficiente e estável.*

O processo de perda de importância do papel central do Estado ganha peculiaridades específicas no contexto da evolução do federalismo brasileiro, sobretudo a partir de dois aspectos centrais: a diminuição do papel do Governo Central a partir de descentralização fiscal e federativa via Constituição (com seu marco central representado na Constituição Federal de 1988 garantindo maior autonomia às instâncias federativas subnacionais); o outro aspecto digno de relevância ao analisarmos a mudança do papel do Estado é a política de privatizações no setor produtivo estatal e de serviços urbanos adotada fortemente no estado do Rio de Janeiro fundamentalmente nos anos 1990. Tais aspectos configuram-se como bases de uma transformação estrutural de mudança do papel do Estado no Rio de Janeiro, de um Estado “protagonista” das políticas públicas (num padrão de *Welfare State*), compreendendo os processos de execução, operacionalização e regulação dos projetos urbanos para um Estado “coadjuvante”, que participa cada vez menos dos processos de instituição de políticas públicas, empreendimentos e projetos urbanos, relegando esse papel central às grandes empresas privadas.

Além dessa mudança no papel do Estado, o outro fator relacionado à nova dinâmica econômica que merece destaque dentro de um contexto global conhecido como *spatial turn* (virada ou giro espacial) dos últimos trinta anos é a mudança do padrão de distribuição espacial das indústrias, reduzindo a centralidade da indústria como eixo dinâmico em torno do qual se expandem o processo de produção e de geração de empregos.

Ao longo dos anos 1980 houve uma perda da participação do setor industrial tanto no PIB quanto em sua redistribuição espacial. A indústria aprofundou sua estratégia de fugir dos espaços metropolitanos, em face das deseconomias de aglomeração, e passou a buscar refúgio em localidades onde fosse possível encontrar recursos mais baratos e de menor risco de enfrentamento de movimentos sindicais. Essa desindustrialização das grandes metrópoles não foi uma estratégia da indústria brasileira apenas, mas ocorreu em toda parte em metrópoles como Nova York e Londres (SANTOS, 2003, p. 79).

Tal condição da conjuntura da indústria no Rio de Janeiro sinalizou para a possibilidade dos agentes políticos apostarem na “economia de serviços”, sobretudo na RMRJ, como estratégia para sair do quadro de estagnação, no entanto, se observarmos os indicadores da economia fluminense oferecidos pelo IBGE no período entre 1985 a 1987 constata-se facilmente que não há evidências que sustentem

qualquer tese de superação da estagnação econômica com base na exploração de novas possibilidades de inserção mais dinâmica na nova ordem econômica nos anos 1990 (SANTOS, 2003).

Esse é o quadro da economia do estado do Rio de Janeiro na virada do milênio, porém, tais considerações se tornariam ininteligíveis sem a devida consideração da política pública, notadamente a governamental e de natureza econômica, profundamente marcada pelo “corte” teórico neoclássico revisitado, a saber, de extração neoliberal. Nesses termos, embora o estado do Rio de Janeiro tenha sofrido com essa ortodoxia hegemônica, em vista do baixo crescimento econômico que a sua adoção implicou, com importantes rebatimentos negativos nos níveis de emprego e salário, e também em termos de corte de gastos públicos, por exemplo, não podemos desconsiderar que essa mesma e nova orientação também gerou efeitos positivos, valendo a pena anotar que o estado do Rio de Janeiro está entre os espaços nacionais que obtiveram os melhores resultados da política em pauta, adotada em meados dos anos 1990, e vem crescendo, em especial a partir de 2000 a taxas superiores às verificadas no estado de São Paulo, o mais importante da federação em matéria econômica.

### **“Mega” – do prefixo à ideologia desenvolvimentista: política e economia no Rio de Janeiro do Século XXI**

Essa “virada” da economia fluminense, depois da degradação e estagnação anotadas anteriormente, aconteceu por conta de investimentos em infraestrutura (rodoviária, telefonia etc.) e em novas plantas industriais ao longo das regiões do estado (chamando a atenção para as plantas automobilísticas que se instalaram no Médio Vale do Paraíba – Resende e Porto Real), bem como, e principalmente pela quebra do monopólio do petróleo em 1997. Sobre esse último registro cabe mencionar que o potencial de exploração da Bacia de Campos transformou o estado do Rio de Janeiro no “destino natural” de expressivos investimentos ligados à indústria do petróleo (NATAL, 2005) além de impulsionar com grande força uma indústria naval, sobretudo no leste metropolitano.

Seria o espaço do estado do Rio de Janeiro um “hospedeiro” dos investimentos em curso e não-objeto (teórico e analítico)? Ou seja, mero “palco” (espaço absoluto) sobre os quais a história se desenrola? A resposta é seguramente negativa, isso porque não há dúvida de que o espaço influencia decididamente as condições necessárias para o crescimento econômico assim como os resultados obtidos, como nos demonstra o trabalho de Harvey (1996). No Rio de Janeiro do século XXI, o espaço está se constituindo como elemento fundamental para as mudanças das dinâmicas econômicas mais recentes. Em resumo, queremos afirmar que o novo século parece marcar o início de uma etapa essencialmente nova para a economia fluminense em termos das suas potencialidades de redinamização, apontando para uma reconfiguração/especialização espacial.

Em paralelo a esses processos de ressignificação e revalorização da indústria fluminense (tendo o petróleo como seu carro chefe) e dos investimentos em infraestrutura logística (condição essencial para a expansão da indústria), outro processo merece grande destaque nesse momento de “repaginação” do Rio de Janeiro. Trata-se da constante campanha (iniciada ainda nos anos 1990) em torno das candidaturas da cidade para os Jogos Olímpicos de 2004, 2008 e 2012 e para os Jogos Pan-Americanos de 2007, tornando recorrente a evocação da imagem do Rio de Janeiro como “cidade esportiva” quando não “cidade olímpica”. Nos dizeres de Mascarenhas (2011, p. 59):

O investimento discursivo dos mentores dos respectivos projetos, dos patrocinadores e dos organizadores dos eventos, dos órgãos governamentais envolvidos e de diversos meios de comunicação insistia em enaltecer essa qualidade que seria inata da cidade, essa característica considerada inquestionável, isto é, a identidade esportiva carioca. Tal condição de cidade esportiva está quase sempre associada à natureza exuberante do sítio urbano; às montanhas, florestas e praias, que funcionariam não apenas como moldura, mas como um apelo, um convite constante à prática esportiva.

Nesse contexto, parece clara a posição do Rio de Janeiro ao se inserir numa dinâmica mercadológica no planejamento urbano atual (planejamento estratégico) que pode ser identificada com a ideia de cidade-mercadoria. Na chamada “guerra dos lugares”, onde a cidade aparece como objeto a ser vendido e, por conseguinte, gerador de lucros. Nessa dinâmica, a cidade é vendida através de “imagens-síntese” ou “ideias-força” orientadas para a requalificação urbana com o fim de promover

sua reinserção no cenário internacional ou num mercado mundial de cidades (SÁNCHEZ, 2003).

Eis o ponto central para a compreensão dessa discussão: Quais são os fatores (“imagens-síntese”, “ideias-força”) que têm contribuído para essa “repaginação” da imagem do Rio de Janeiro nesse início de século XXI, reinserindo-o cada vez mais às dinâmicas globais de atração de investimentos?

Em primeiro lugar, do ponto de vista político, cabe uma consideração fundamental. As eleições majoritárias do ano de 2006 reconfiguraram as coalizões de poder no estado do Rio de Janeiro em relação ao Governo Federal. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito com alta popularidade e, no Rio de Janeiro o Governador Sérgio Cabral era eleito para seu primeiro mandato. Tal alinhamento político-partidário (que não houve pelo menos nas duas décadas anteriores) rapidamente configurou-se num estreitamento de alianças (de inúmeras naturezas) e num alinhamento do discurso político capaz de proporcionar o início de um processo de resgate da “autoestima fluminense”, além de representar um aumento significativo de incentivos federais e vultosos investimentos no território estadual. Em 2008, tal condição (a de alinhamento político-partidário) garante a eleição do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, proporcionando, a partir de então uma aliança de natureza político-partidária entre os três entes federativos (federação, estado e município) que se formou e tornou-se exaustivamente propagada discursivamente e midiaticamente como fenômeno extremamente positivo à realidade social carioca e fluminense. Nesse contexto, embora houvesse (ainda que poucas) divergências entre esses três agentes políticos, constituiu-se aí uma espécie de “discurso único do desenvolvimento” amplamente divulgado, enfatizando as perspectivas e potenciais transformações que o Rio de Janeiro estaria prestes a experimentar. A esse respeito, Souza (1996, p. 5) assinala que:

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de qual ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social.

Portanto, a estratégia obteve seu êxito. A condição de alinhamento político-partidário dos diferentes entes federativos (o que representa uma maior segurança do ponto de vista dos investimentos), somada a um forte discurso desenvolvimen-

tista de perspectiva neoliberal, adequou-se perfeitamente às expectativas dos grandes investidores do capital privado e, ao mesmo tempo caiu nas graças da maioria da população por representar uma perspectiva exponencialmente positiva, mexendo com a autoestima de uma sociedade economicamente desiludida.

Em segundo lugar, muito devido à condição anteriormente anotada, o Rio de Janeiro conquista o direito de realizar os Jogos Pan-Americanos de 2007, o Brasil ganha a concorrência para sediar a Copa do Mundo de 2014 (sendo o Maracanã o palco principal do espetáculo) e a cidade do Rio de Janeiro é escolhida para sediar os Jogos Olímpicos do ano de 2016. É preciso refletir sobre a dimensão desses eventos, pois são os maiores eventos esportivos internacionais ocorrendo consequentemente sobre o mesmo território. Sem falar em outros grandes eventos que a cidade irá sediar nas duas primeiras décadas do século XXI, como Jogos Mundiais Militares (2011), Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 (2012), Copa das Confederações (2013). Tal condição, por si só, já representa uma constelação de investimentos públicos e privados na cidade e no estado, tanto para a viabilização desses eventos com a qualidade que lhes são exigidos, quanto os investimentos que vêm à estaque de um evento dessa magnitude, como por exemplo, os investimentos em função da atividade turística. Tais eventos também contribuem para a inserção do Rio de Janeiro à lógica global de competição entre as cidades em busca dos investimentos e, com isso, trazem a ideia de um determinado consenso positivo em torno de que essas são iniciativas puramente inclusivas, ou seja, que envolverão todo o conjunto da sociedade e todos, após os jogos, serão beneficiados e satisfeitos com o belo legado que os eventos proporcionarão.

O processo de construção desses consensos positivos a respeito das transformações causadas pelos grandes eventos, compartilhado entre poder público e iniciativa privada é evidenciado em documentos oficiais como o “Decisão Rio: investimentos 2011-2013” elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) demonstrando explicitamente a intenção de “venda” da cidade no processo de inserção global. Segundo um trecho do documento:

A estruturação dos Jogos Olímpicos causará grande impacto na economia do estado nos próximos anos, a partir da atração de grandes investimentos públicos e privados. A realização dos Jogos demandará a construção

de instalações esportivas e de estruturas de apoio, bem como investimentos em infraestrutura de transportes, melhoria e ampliação da rede hoteleira. *Tais ações têm potencial para gerar benefícios duradouros para a cidade. Os investimentos em infraestrutura, especificamente em transportes, servirão como fonte de atração de novos negócios, funcionando como “motores” para o desenvolvimento local.* Além disso, a realização dos Jogos Olímpicos dá ao estado grande *visibilidade internacional* e potencializa o desenvolvimento da indústria do turismo. Os benefícios dessa combinação de fatores na valorização do mercado do Rio de Janeiro são incontesteáveis. A cidade do Rio de Janeiro tem atualmente, nos seus bairros mais nobres o metro quadrado residencial mais valorizado do país e, no centro comercial, escritórios cujo valor já supera até mesmo os de Manhattan em Nova Iorque. *A “marca” Rio de Janeiro ganhou valor, sendo associada internacionalmente, com sucesso, aos mais variados produtos e serviços, tais como filmes, moda, eventos, cultura e design.* O interesse de outros países é também percebido pelo expressivo aumento do número de missões empresariais que visitam o país e de empresas internacionais que estão abrindo representação no estado, pela presença constante na mídia internacional e pelo expressivo crescimento do fluxo de turistas. (FIRJAN, 2011, p. 9-10, grifo próprio)

Nas linhas conclusivas desse texto, discutiremos mais profundamente essa perspectiva de desenvolvimento local abordada no documento.

Finalmente, em terceiro lugar, outro fator fundamental para a “virada” na economia recente do Rio de Janeiro foi, seguramente, a evolução (quantitativa e qualitativa da indústria do petróleo) no estado, tendo destaque a já assinalada quebra do monopólio da Petrobras em 1997 e a descoberta da camada pré-sal nesse início de século, ampliando as potencialidades dessa indústria e tornando o estado do Rio de Janeiro o grande produtor nacional desse recurso, concentrando em seu território (sobretudo na Bacia de Campos) cerca de 85% da produção nacional (LEMOS e NETTO, 2010).

Articulando esses três fatores centrais (alinhamento político-partidário das instâncias federativas, recepção de eventos internacionais de grande magnitude e evolução industrial do setor de petróleo e seus derivados), o Rio de Janeiro reuniu as condições necessárias para uma verdadeira fase de inflexão de novos e vultosos investimentos, fortemente amparada por um discurso político desenvolvimentista calcado em palavras de ordem como modernização, progresso, crescimento e reestruturação, enfatizando constantemente a elevação do PIB.

Rapidamente, sobre o PIB, uma consideração faz-se necessária, baseada em Chesneaux (1996), apesar de seu nome, o PIB (produto “interno” bruto) só tem sen-

tido em um contexto de competição internacional e de hegemonia dos macroagregados mundiais. Segundo esse autor (p. 69):

O PIB é a negação das realidades sociais, isto é, interiores. O desempregado das favelas de Caracas descobre com espanto que seu nível de vida definido em termos da média do PIB é digno de inveja. Não menos estupefato, o pescador de Samos, que vive bem trabalhando pela sua subsistência aprende que ele é um dos mais pobres habitantes do planeta na escala do PIB. O PIB é quase sempre uma caricatura.

É na constituição desse discurso desenvolvimentista muito bem elaborado pelos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano (representantes do poder público das diversas instâncias, grandes empresários do setor industrial – sobretudo o petrolífero, grandes promotores imobiliários e grandes empresários do setor de infraestrutura logística) que o *mega*, deixa de ser um mero prefixo do Sistema Internacional de Unidades, que indica que a unidade padrão fora multiplicada por um milhão, e passa a ter uma espécie de conotação ideológica.

Muito mais do que representar algo grandioso, algo que arraste milhões de expectadores, o *mega* ganhou caráter ideológico ao ser incorporado, como vantagem comparativa, ao discurso político do desenvolvimento, tornou-se mais um termo da moda capaz de garantir uma “animação” ao, cada vez mais desgastado, termo desenvolvimento (SOUZA, 1996; 1997).

Neste sentido, o que se pretende demonstrar nesse trabalho, em linhas gerais, é que o prefixo *mega* tem sido utilizado como recurso discursivo (proselitista e alegórico) por parte dos agentes hegemônicos anteriormente assinalados, mas que na essência os projetos desenvolvimentistas são calcados sob mesmas bases (modernidade, “ocidentalização” e capitalismo) porém, anunciados através de novas palavras (como tem sido o caso do *mega*). O recurso do *mega* tem conseguido por muitas vezes deslocar o verdadeiro foco do debate (inclusive acadêmico) acerca do desenvolvimento e, para “pôr os pés no chão”, alerta-nos provocativamente, Castoriadis (1987, p. 144-145):

“Desenvolvimento”, “economia”, “racionalidade” são apenas alguns dos termos que podem ser utilizados para designar um complexo de idéias e de concepções, que em sua maior parte permanecem não conscientes, tanto para os políticos como para os teóricos. Assim, ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: o que é o “desenvolvimento”, por que o “desenvolvimento”, “desenvolvimento” de que em direção a quê? Como já se notou, o termo desenvolvimento começou a ser empregado quando se tornou evidente que o “progresso”, a “expansão”, o “crescimento” não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades

humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um valor positivo – das sociedades ocidentais.

Sendo assim, parece claro que o projeto desenvolvimentista para o Rio de Janeiro nesse início de século XXI irradia-se a partir de quatro vetores centrais, que só podem ser compreendidos se articulados, pois, por si só são intercambiáveis, sejam eles:

1. *megaeventos* esportivos;
2. *megaempreendimentos* industriais (petroquímicos, energéticos e navais);
3. *megaempreendimentos* em infraestruturas logísticas e de circulação;
4. *megaempreendimentos* imobiliários.

O estado do Rio de Janeiro receberá, no período entre 2011 e 2013, investimentos públicos e privados, que somam cerca de R\$ 181,4 bilhões. O volume do investimento, comparado com a dimensão territorial do estado – de 43,7 km<sup>2</sup> –, dá ao Rio de Janeiro o título de maior concentrador de investimentos em todo o mundo: mais de R\$ 4 milhões por quilômetro quadrado (FIRJAN, 2011). Desse montante de investimentos observa-se a concentração em torno dessas quatro grandes frentes do desenvolvimento (acima assinaladas), o que fica muito explícito na tabela 1.

O conhecimento a respeito dos agentes desses investimentos apresentados na tabela revela que representantes das grandes empresas multinacionais têm diversificado o campo de atividades no Rio de Janeiro, multiplicando ainda mais a cifra dos investimentos. A observação da tabela, nessa perspectiva, é ilustrada brilhantemente na seguinte citação de Chesneaux (1996, p. 67):

As multinacionais podem seguir o movimento dos macro-agregados e, contudo, o volume de suas transações ultrapassa muitas vezes os orçamentos estatais. Suas atividades se diversificam de tal forma que a origem de seus financiamentos e o campo espacial de suas operações são, ao mesmo tempo, multicapitais, multimercados e multiprodutos.

Portanto, o projeto desenvolvimentista para o Rio de Janeiro nesse início de século consiste numa articulação complexa entre esses quatro elementos, considerando seus desdobramentos imediatos e futuros, principalmente quando consideramos a dimensão desses grandes empreendimentos em suas perspectivas transescalares que vão do local ao internacional.

Tabela 1: Maiores investimentos previstos, por setor de atividade – Fonte: FIRJAN (2011).

Investimento	Setor	Município	Objetivo	Investimento no período 2011-2013 (R\$ bilhões)
Projetos relacionados a Copa do Mundo e Jogos Olímpicos (*)	Diversos	Rio de Janeiro	Implantação, expansão / modernização	11,5
Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro	Petroquímico	Itaboraí	Implantação	9,1
Usina Termonuclear Angra 3	Energético	Angra dos Reis	Implantação	8,0
Usina Termelétrica Porto do Açu Energia S.A.	Energético	São João da Barra	Implantação	5,1
Estaleiro da Marinha do Brasil / Prosub	Indústria naval	Itaguaí	Construção de embarcação	3,8
Estaleiro / OSX	Indústria naval	São João da Barra	Implantação	2,3
Siderúrgica Gerdau (Cosigua)	Siderúrgico	Rio de Janeiro	Expansão / modernização	2,0
Brasfels	Indústria naval	Angra dos Reis	Construção de embarcação	1,9
Porto Maravilha	Desenvolvimento urbano	Rio de Janeiro	Expansão / modernização	1,8
Eisa	Indústria naval	Rio de Janeiro	Construção de embarcação	1,8
Complexo Portuário do Açu	Transporte/Logística	São João da Barra	Implantação	1,8
Usina Termelétrica São Francisco de Itabapoana	Energético	São Francisco de Itabapoana	Implantação	1,4
Refinaria Duque de Caxias	Petroquímico	Duque de Caxias	Expansão / modernização	1,3
STX Europe	Indústria naval	Niterói	Construção de embarcação	1,3
Porto do Sudeste	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,2
Cedae	Saneamento básico	Vários	Expansão / modernização	1,2
Siderúrgica da Ternium	Siderúrgico	São João da Barra	Implantação	1,2
Coquepar	Petroquímico	Seropédica	Implantação	1,2
Grupo Fischer – CBO	Indústria naval	Niterói	Construção de embarcação	0,8
GE	Máquinas e equipamentos	Petrópolis	Implantação	0,7
Volkswagen	Automobilístico	Resende	Expansão / modernização	0,6

De uma forma geral, os dois primeiros (*megaeventos* esportivos e *megaempreendimentos* industriais são as forças motrizes que demandam, a reboque, os dois outros *megas* em questão) Para utilizarmos um exemplo, grandes empreendimentos industriais como o COMPERJ (para utilizar um exemplo bem emblemático) demandam uma série de grandes investimentos em infraestrutura logística para atenderem a contento os objetivos daquele empreendimento industrial. Por sua vez, esses dois elementos tomados em conjunto (o empreendimento industrial e o logístico) interferem significativamente nas dinâmicas imobiliárias do entorno do sítio desses empreendimentos, o que atrai os grandes empreendimentos imobiliários. Sobre esse último aspecto (os megaempreendimentos imobiliários) além da óbvia consideração de que os promotores imobiliários valem-se da especulação dos

lugares em função de grandes empreendimentos de natureza industrial, construindo grandes condomínios residenciais para absorver a demanda de mão de obra em torno desses projetos, mas algo relativamente novo acontece envolvendo a dinâmica imobiliária. Segundo o novo trabalho de Lencioni (2011), o Rio de Janeiro é o estado brasileiro que mais concentra em seu território os condomínios industriais, esse novo arranjo híbrido de natureza industrial-imobiliária. Um exemplo significativo desse novo nicho de negócios do setor imobiliário é o Condomínio Industrial Guaxindiba<sup>1</sup>, no município de São Gonçalo, que está em fase de construção em função de serviços industriais secundários em relação ao empreendimento industrial COMPERJ, localizado no município vizinho de Itaboraí. Tais condomínios industriais são dignos de consideração e interessante objeto de estudo geográfico, pois, devido à sua magnitude se “encaixam” melhor a essa nomenclatura de *mega* e causam consequências territoriais muito mais sérias do que propriamente os condomínios residenciais, por maior que estes possam ser.

Uma série de investimentos em infraestrutura logística e de circulação também é necessária para dar suporte aos objetivos do grande empreendimento industrial em seus processos de produção, circulação e consumo. No caso do COMPERJ, dois grandes empreendimentos de infraestrutura logística são exemplares, o Arco Rodoviário Metropolitano, que tem por objetivo ligar o Complexo Petroquímico no município de Itaboraí ao Porto de Itaguaí com maior eficiência e as próprias obras de reestruturação do Porto de Itaguaí, adequando-o a sua nova função estratégica de ligações comerciais internacionais.

Assim também, de forma articulada, ocorrerá o arranjo entre esses quatro elementos em função dos grandes eventos que a cidade receberá, pois tais eventos demandam a criação ou reestruturação de infraestruturas de circulação e logística e também interferem fortemente nas dinâmicas imobiliárias.

Considerando essa condição explicitada acima, somos capazes de analisar, a partir de uma perspectiva crítica, qual está sendo o projeto de desenvolvimento adotado para o Rio de Janeiro nesse início de século. Um projeto que compreende claramente o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, onde o

---

<sup>1</sup> O vídeo institucional do empreendimento pode ser assistido em <[http://www.youtube.com/watch?v=WwY49\\_tAFg4](http://www.youtube.com/watch?v=WwY49_tAFg4)> (CONDOMÍNIO, 2009).

Estado possui papel secundário nas políticas públicas e o capital privado (através dos grandes promotores industriais, imobiliários e do setor logístico, etc.) e instituições multilaterais como Comitê Olímpico Internacional e Banco Mundial possuem papel privilegiado nas ações de planejamento do território fluminense.

No entanto, esse processo de “evolução” da economia fluminense e aparente inflexão positiva de “autoestima” não se dá sem conflitos (por mais que muitas vezes a dimensão do conflito, propositalmente, torna-se invisibilizada). Pois essa lógica desenvolvimentista argumentada através discurso bem elaborado em torno de muitos recursos de sedução, como já assinalamos sobre o caso dos *megas*, encontra uma outra lógica, a das comunidades locais. Lógica essa por muitas vezes, extremamente inconveniente para o projeto de desenvolvimento.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva geográfica, realizaremos nas próximas páginas uma discussão em torno do conceito de território, dando uma atenção especial à sua dialética central entre apropriação e dominação, com o objetivo de desconstruir o discurso hegemônico (propagado como único) do desenvolvimento, sinalizando para uma dimensão fundamental que é a do conflito (conflito pelo território em última análise) entre duas lógicas profundamente assimétricas.

### **Território e territorialidade: entre a dominação e a apropriação – o conflito**

Como vimos anteriormente, o estado do Rio de Janeiro e, especificamente a sua Região Metropolitana, passarão, nos próximos anos, por intensas e inevitáveis transformações devido ao volume de investimentos dirigidos aos grandes projetos, sejam eles de natureza industrial, imobiliária, esportiva ou na área de infraestrutura. Tais transformações, impostas de “cima para baixo” necessariamente alterarão múltiplas paisagens ao longo do estado, no entanto, talvez igualmente ou mais contundentemente, tais projetos alterarão múltiplos territórios e múltiplas territorialidades. Ora, se partimos do pressuposto de que esses MEGA Empreendimentos possuem, em sua essência, uma natureza transescalar – onde se estabelecem multilateralmente em suas relações que vão do global ao local – somos capazes de deduzir que basicamente, em alguma dessas escalas de atuação, a lógica desses projetos

desenvolvimentistas encontrará alguma resistência, ou seja, em algum momento duas lógicas territoriais distintas disputarão o mesmo território, cada, à sua maneira, utilizando-se de suas “armas” e estratégias, alternativas e peculiaridades, vantagens e seduções, em outras palavras, cada um buscando manter a sua territorialidade sobre determinada área geográfica.

Nesse contexto, a realidade de pesquisa nas ciências sociais do Rio de Janeiro se encontra numa situação paradoxal: o momento político que o Rio de Janeiro vive atualmente, considerando a sua proposta de futuro e o seu modelo de desenvolvimento é frustrante e desanimador, porém, o Rio de Janeiro têm reunido tantas contradições de natureza política e social que tem se revelado como um vigoroso e rico objeto de pesquisa, sobretudo para a geografia, possibilitando horizontes das mais diversas dimensões da análise geográfica.

O que pretendemos desenvolver nas próximas linhas é uma leitura geográfica desses fenômenos mais recentes da economia e política fluminense, que tem se baseado em função de quatro grandes frentes desenvolvimentistas (como antes já assinalamos), lançando luz sobre o conceito geográfico de território (em sua interface com o conceito de espaço), para salientarmos uma dimensão constantemente negligenciada nas análises geográficas, a dimensão do conflito, tão fundamental para a compreensão efetiva de um determinado fenômeno, se considerar sua multidimensionalidade. Além do mais, a compreensão efetiva dos processos de multiterritorialização implicam em um potencial de perspectivas políticas inovadoras e alternativas.

Sobre o território, uma consideração inicial faz-se necessária. É preciso compreender o território para além de sua dimensão de dominação político-jurídica e considerar a sua dimensão simbólica. Talvez o exercício teórico ainda exija mais, sobretudo aos geógrafos. É preciso considerar o território relacionando dialeticamente e constantemente a sua dimensão funcional e material (de dominação político-jurídica) com essa dimensão imaterial, simbólica, carregada das marcas do vivido. Segundo Haesbaert (2005, p. 1) desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois:

etimologicamente aparece tão próximo de *terratoritorium*, quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especi-

almente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Seguindo tal raciocínio, compreendemos que o território, dada a sua complexidade multidimensional, transita dialeticamente entre uma dimensão da dominação e uma outra, a da apropriação. Tal pensamento estrutura-se a partir da leitura de Haesbaert (2004; 2005; 2011) sobre a obra de Lefebvre (1986), articulando as considerações de Lefebvre na constituição do conceito de espaço social com uma construção competente de uma dialética central para a discussão do território.

Para Haesbaert (2005, p. 2):

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica, mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica.

Como nos demonstra Haesbaert (2005), baseado na leitura de Lefebvre (1986) dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, a apropriação do território deveria prevalecer sobre a dominação, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria” (p. 2).

Antes de estabelecermos conexões entre essas reflexões acerca do conceito de território e a atual realidade socioespacial do Rio de Janeiro, convém discutir, em linhas gerais sobre o que entendemos por territorialidade. Para Haesbaert (2005, p. 3), a territorialidade:

Além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Nossa compreensão pretensamente mais completa a respeito de territorialidade, buscando compreendê-la para além da perspectiva limitadora que a define como sinônimo de “controle de determinada área” é complementada pela definição de Sack (2011, p. 76, grifo do original):

Territorialidade, tão simplesmente como o “controle da área”, tem servido até agora como uma definição reduzida. Tal descrição não é precisa e nem rica o suficiente para levar-nos muito longe (...). Pode-se dizer que territorialidade envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo

de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos. É esse efeito importante, mas geral, que deve ser enfatizado e que está aqui elaborado na definição formal de territorialidade, como *a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica*. Essa área será chamada de território.

A territorialidade, portanto, é exercida tanto em relacionamentos cotidianos quanto em organizações complexas. Territorialidade, nesse sentido, é o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 2011).

Assim, como nos indica Di Cione (2003, p. 15-16, grifos próprios), os processos de territorialização são o resultado dos

*jogos contraditórios, derivados de relações sociais desiguais e combinadas, mediadas por situações geográficas. A natureza de tais situações implica que os arranjos territoriais envolvam os nexos dialéticos geohistóricos entre os momentos espaciais e temporais, naturais e culturais, geográficos e históricos das formações sociais. Dentro desse horizonte, os processos de territorialização (e desterritorialização, reterritorialização, desintegração, integração e reintegração), por condensar um conjunto de relações sociais, são mais importantes hoje dentro da geografia mundial.*

Dentro desse contexto, observamos que o território jurídico-político do estado do Rio de Janeiro, atualmente é “recortado” por múltiplos territórios ou múltiplas lógicas territoriais que possuem natureza multiescalar. Relações são estabelecidas em escala inter-regional, com outras unidades da federação e são cada vez maiores as interações entre lógicas globais de cooperação em função de projetos cada vez mais articulados em rede.

O que gostaríamos de chamar atenção é que esses *megaempreendimentos*, em seu caráter de cooperação poder público/capital privado, têm feito ressurgir uma prática que já estava sendo superada na história do Rio de Janeiro: as remoções em massa. Já são inúmeros os registros de casos de “necessidade” de remoções em função dos grandes projetos para o “desenvolvimento” e “modernização” do Rio de Janeiro. Podemos dizer, seguramente, que grande parte da população do estado do Rio de Janeiro já iniciou, ou iniciará em breve sua marcha de *des-territorialização* (HAESBAERT, 2004) em função desses quatro *megas*.

Nesse sentido, é interessante identificar quem são os agentes envolvidos nesse processo. Sejam os agentes hegemônicos (responsáveis pela execução dos

grandes projetos), sejam os agentes que resistem por seus territórios, buscando alternativas e estratégias contra-hegemônicas de manutenção da sua territorialidade.

Haesbaert (2005) chama a atenção para o fato de que o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de poderes/ manifestações/ representações dos múltiplos agentes envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que o constroem, ou seja, se o território é marcado por relações de dominação/apropriação, quem as exerce? E que conflitos se estabelecem em função dessas territorialidades?

No Rio de Janeiro atual podemos citar inúmeros exemplos de conflitos oriundos de rebatimentos entre a lógica territorial (unifuncional) dos grandes projetos e a lógica territorial de comunidades locais, que muitas vezes possuem relações tradicionais com determinado território que perpassam a lógica funcional da produção ou reprodução da vida social, passando por valores identitários incalculáveis. Poderíamos citar as remoções na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro em função do projeto Porto Maravilha, as remoções ao longo da construção das novas grandes vias rodoviárias (Arco Rodoviário Metropolitano, TransCarioca, TransOeste), conflitos territoriais entre os moradores de Santa Cruz (zona oeste da cidade do Rio) e os passivos ambientais gerados pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, os pescadores do leste metropolitano (São Gonçalo e Guapimirim) cada vez mais prejudicados pelas obras do COMPERJ etc.

No entanto, o caso que parece mais emblemático seja o dos moradores da localidade do Açú, no município de São João da Barra (Norte Fluminense) que estão sendo constrangidos a deixarem suas casas por conta de uma série de grandes empreendimentos logísticos e industriais (Porto do Açú, a ser realizado pela empresa EBX – maior empreendimento portuário da América Latina e seus desdobramentos industriais de entorno [indústria energética, indústrias que virão à reboque do empreendimento, etc.]<sup>2</sup>). O município em questão reúne condições naturais e sociais que são de interesse estratégico para o empreendimento, como a pro-

---

<sup>2</sup> Tais reflexões estão baseadas na aula intitulada “Porto do Açú: o conflito, os atores sociais e a mediação do território”, ministrada pelo Prof. Dr. Linovaldo Miranda Lemos, do IFF/Campos, na PUC-Rio, em 23 de novembro de 2011.

ximidade à área de exploração de gás e petróleo na Bacia de Campos, oferta de água em abundância, disponibilidade de compra de grandes áreas de terras a preços baixos e baixa concentração populacional em uma área litorânea, condição rara na região sudeste, tais condições contribuem significativamente para a seletividade espacial dessa área pela empresa.

Por sua vez, os moradores reivindicam o seu direito de permanecerem naquele território (e exercerem plenamente sua territorialidade), pois, ao longo dos anos, desenvolveram tradicionalmente uma série de alternativas e estratégias para uma numerosa produção (sobretudo de frutas) num solo fundamentalmente arenoso e pobre em nutrientes. À medida que essas pessoas forem deslocadas para uma outra área do município, seriam vãos todos os anos de tradição, passados de geração em geração para aquele tipo específico de produção agrícola, toda uma forma de lidar com a terra cairia... por terra<sup>3</sup>.

Quem são os agentes envolvidos nessa arena de disputa? Evidentemente o agente hegemônico encarna a figura do empresário, o bilionário Eike Batista, através de uma de suas empresas, a EBX, de outro lado estão os moradores daquela localidade, o Distrito do Açú, no município de São João da Barra, área de atuação do empreendimento, ambos com suas justificativas reivindicam o uso do território. Ambos desejam gozar plenamente tanto da dimensão de dominação (no sentido mais material, legítimo e jurídico possível) quanto da dimensão da apropriação daquela área. Ambos têm seus motivos, ambos têm justificativas plausíveis, porém, ambos desejam a mesma área. Mas também temos, em meio a essa disputa – já assimétrica, sobretudo se considerarmos as discrepâncias entre a capacidade financeira desses dois agentes em questão –, a ação de outro agente central que, podemos dizer, é transversal. Os representantes do Estado (na esfera estadual e municipal) que tem papel decisivo na mediação do território. No caso em questão ambos (o governador do Estado e a Prefeita do município) são favoráveis ao projeto do grande empreendimento e têm atuado a favor da grande empresa, poderíamos dizer que tem atuado em parceria, dadas as relações de intimidade entre representantes poder público estadual e o empresário em foco. São recorrentes as situações

---

<sup>3</sup> Para acompanhar mais detalhadamente os argumentos da discussão e a dinâmica do conflito em questão, recomendamos o vídeo “Narradores do Açú” (2011).

onde a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, junto a representantes da empresa vai “convidar” os habitantes a deixarem suas residências.

O que é digno de consideração no exemplo explicitado é o caráter desterritorializador desses grandes projetos de desenvolvimento para o Rio de Janeiro. Leia-se desterritorialização em seus mais profundos aspectos, uma vez que o morador deixa sua residência (no caso do Açu), imediatamente as máquinas destroem a casa, o entorno da propriedade e – o mais importante –, revolvem profundamente o solo, explicitando a destruição da tradição agrícola assinalada anteriormente, em outras palavras, aniquilam pela raiz (literalmente) até os resquícios (memória) da apropriação daquele território em tempos pretéritos e imediatamente, estabelecem-se, em uma terra nova, revolvida, sem história, sem passado. Aquele território só tem presente e futuro a serem apropriados.

### **Considerações finais**

A equação é bem simples: Diante de uma visão de desenvolvimento “monodimensional” (SOUZA, 1997), compreendido restritivamente como sinônimo de desenvolvimento econômico, a visão correspondente ao território (e sua gestão) também será restrita e limitada, ou seja, o território “unifuncional” (HAESBAERT, 2005). Tais são as concepções de desenvolvimento e território erigidas pelos agentes centrais da lógica capitalista hegemônica. No entanto, somente pensar que estamos imersos em processos de desterritorialização (diante da atual condição de mundo globalizado e realidade “fora do chão” argumentada por Chesneaux [1996]) é demasiado simples e politicamente imobilizante, pois o discurso da desterritorialização legitima a fluidez global dos circuitos do capital (HAESBAERT, 2005) e busca “naturalizá-la” (a fluidez) para as outras dimensões da vida social, argumentando que a desterritorialização seria algo imanente ao nosso momento da modernidade, algo inevitável.

Nesse sentido, diante de um esforço para encontrarmos implicações políticas do conceito de território, para lidar com questões centrais como as disputas assinaladas acima, nos parece mais apropriada a perspectiva de multiterritorialidade, defendida por Haesbaert (2005, p. 15):

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora (...). Pensar multi-territorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas.

Faz-se necessário distinguir, no entanto, a multiterritorialidade potencial (a possibilidade de ela ser construída ou acionada) da multiterritorialidade efetiva, realizada. As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade de determinado “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivendo efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não tem sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2004) é o que observamos no exemplo do Açu.

Análises espaciais, constantemente têm revelado que as atividades (produtivas, energéticas, etc.) competem por localizações. A esse respeito, o foco de suas pesquisas tem sido sobre os processos de seleção espacial de um lugar sobre o outro e o papel exercido pela distância ou acessibilidade geográfica ao conectar lugares<sup>4</sup>. No entanto, enfatizar demasiadamente a distância tem levado a uma lógica geográfica baseada nas propriedades métricas do espaço. Nesse sentido, a lógica da ação territorial é mais complexa que a lógica da distância, porque a territorialidade é embutida em relações sociais. A territorialidade é sempre construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados. E a territorialidade pode ter implicações normativas também. Deixar lugares de lado e aplicar níveis de acesso significa que indivíduos e grupos têm removido algumas atividades e pessoas de lugares e incluído em outros. Isto é, eles têm estabelecido diferentes níveis de acesso a coisas (SACK, 2011).

---

<sup>4</sup> Um dos trabalhos geográficos mais emblemáticos sobre seletividade espacial na atualidade é a série de pesquisas de Corrêa (1995) sobre as práticas espaciais da empresa Souza Cruz.

Em linhas conclusivas, o que a leitura geográfica sinaliza sobre os fenômenos recentes da economia fluminense é que se constituem sobre uma base econômica e política em torno de quatro grandes frentes de “desenvolvimento” (os grandes eventos esportivos que cidade receberá nos próximos anos; os grandes empreendimentos industriais, sobretudo impulsionados pela indústria petroquímica; grandes empreendimentos em infraestrutura logística e de circulação e grandes Empreendimentos Imobiliários). Tais frentes são as principais apostas para o processo de “modernização” do estado do Rio de Janeiro nesse início de século XXI, implementado diligentemente pelos agentes hegemônicos centrais (fundamentalmente: representantes do poder público – em suas diferentes instâncias federativas, Petrobras, Vale, Comitê Olímpico Internacional, FIFA, grandes promotores do setor imobiliário, empresário Eike Batista, grandes empresários do setor rodoviário etc.).

De certo que os investimentos são cada vez maiores em direção ao Rio de Janeiro, mas o que a perspectiva territorial chama a atenção é que tal processo de modernização tem se constituído num processo de “modernização conservadora”, onde as inovações tecnológicas e os investimentos financeiros permitem uma série de pretensas “melhorias” para a população, e não alteradas as relações sociais.

Essas quatro grandes frentes do desenvolvimento para o Rio de Janeiro do século XXI têm se revelado como um rolo compressor, produtor e reproduzidor de desigualdades ao longo do território estadual e sua perspectiva de desenvolvimento local é tão cínica quanto mal elaborada. Dematteis (2000) já trata da natureza dialética e contraditória do termo (desenvolvimento local seria uma expressão ambígua, por essência) e, indo ao encontro dessa perspectiva, Rua (2007) chama a atenção para a necessidade de considerarmos as interações multiescalares e transescalares (horizontais e verticais para um efetivo desenvolvimento – do local ao global) numa abordagem autonomista.

Nesse sentido, já se configura uma abstração uma noção de desenvolvimento local “trancada” em apenas uma escala, pois os potenciais do local (e suas territorializações alternativas) se expandem para as mais diversas escalas.

Para tanto é essencial, como nos indica Haesbaert (2005; 2011) o reconhecimento (inclusive formal, dessas territorializações alternativas, de resistência, pois

ajudam a subverter as visões simplistas e unificadas sobre o poder estatal e a construção de territórios, sempre de cima para baixo, reconhecendo a força dos movimentos de reterritorialização, e nisso constituiu o exercício teórico desse texto, oferecer uma leitura geográfica a uma discussão sobre desenvolvimento e megaempreendimentos a partir de uma abordagem territorial, visando ampliar os horizontes desse debate ainda incipiente sobre política e economia do Rio de Janeiro nessa virada de século.

### Referências

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Antonio B. de; SOUZA, Francisco Eduardo P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CONDOMÍNIO industrial: DM Brasil Negócios. Produção de DM Brasil negócios. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=WwY49\\_tAFg4](http://www.youtube.com/watch?v=WwY49_tAFg4)>. Acesso em: 19 nov. 2012.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar da C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1995. p. 15-47.

DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilities and limits of local development. In: CORI, Berardo; CONTI, Sergio (Eds.). **Geographies of diversity: italian perspectives**. [S.l.]: Società Geografica Italiana, 2000. p. 101-114.

DI CIONE, Vicente. El desarrollo geográfico desigual, combinado y contradictorio y la dialéctica de los procesos de territorialización política. **GeoBAires**, Buenos Aires, n. 23, 2003. Disponível em: <[http://www.geobaires.geoamerica.org/vdc/ap\\_geosociales/ap\\_desarrollodesigual.pdf](http://www.geobaires.geoamerica.org/vdc/ap_geosociales/ap_desarrollodesigual.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2012.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Decisão Rio: investimentos 2011-2013**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 6774-6792.

\_\_\_\_\_. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 17-38.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993
- LEMOS, Linovaldo M.; NETTO, Jayme F. B. As implicações em se pensar na constituição de uma região no interior do estado do Rio de Janeiro a partir do petróleo. *In*: SANTOS, Angela M. S. P.; MARAFON, Glaucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina G. (Orgs.). **Rio de Janeiro: um olhar socioespacial**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p. 30-55.
- LENCIONI, Sandra. Condomínios industriais: um nicho dos negócios imobiliários. *In*: PEREIRA, Paulo Cesar X. (Org.); HIDALGO, Rodrigo; VIDAL-KOPPMANN, Sonia; LENCIONI, Sandra (Cols.). **Negócios Imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades latinoamericanas**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 12-34.
- LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso**. São Paulo: Unicamp, 1998.
- MASCARENHAS, Gilmar. Inventando a “cidade esportiva” (futura cidade olímpica): grandes eventos e modernidade no Rio de Janeiro. *In*: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Orgs.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: UERJ; FAPERJ, 2011. p. 59-88.
- NARRADORES do Açú. Produção: Bianca Alonso; Cleber Rodrigues; Priscila Alves. Roteiro: Letícia Bucker. Campos dos Goytacazes: [S.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RAgh2AKGIsc&noredirect=1>>. Acesso em: 19 nov. 2013.
- NATAL, Jorge. **O estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicatti; FAPERJ, 2005.
- RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades**. Rio de Janeiro: Ed PUC, 2007. p. 143-193.
- SACK, Robert David. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-90.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, Angela M. S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SOUZA, Marcelo José L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**: Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. A expulsão do paraíso: o “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. *In*: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 43-87.

Recebido em novembro de 2012;  
aceito em fevereiro de 2013.